



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS  
**Gabinete do Ministro dos Assuntos Parlamentares**

Ofº nº 2943/MAP – 25 Março 2011

Exma. Senhora  
Secretária-Geral da  
Assembleia da República  
Conselheira Adelina Sá Carvalho

| S/referência | S/comunicação de | N/referência | Data |
|--------------|------------------|--------------|------|
|--------------|------------------|--------------|------|

**ASSUNTO: RESPOSTA À PERGUNTA N.º 2631/XI/2ª**

Encarrega-me o Ministro dos Assuntos Parlamentares de enviar cópia do ofício n.º 2312 de 24 do corrente do Gabinete da Senhora Ministra da Saúde, sobre o assunto supra mencionado.

Com os melhores cumprimentos,

O Chefe do Gabinete

Luís Guimarães de Carvalho

MO



**MINISTÉRIO DA SAÚDE**

GABINETE DA MINISTRA

Exmo. Senhor  
Dr. Luís Guimarães de Carvalho  
Chefe do Gabinete de Sua Excelência o  
Ministro dos Assuntos Parlamentares  
Palácio de S. Bento  
**1249-068 LISBOA**

Sua referência

Sua comunicação

Nossa referência

**ASSUNTO: Pergunta n.º 2631/XI/2ª de 24 de Fevereiro de 2011 dos  
Senhores Deputados Bernardino Soares e Paula Santos  
do PCP  
- Relatório de auditoria do Tribunal de Contas ao Programa de  
Intervenção em Oftalmologia**

No sentido de habilitar os senhores Deputados Bernardino Soares e Paula Santos, do PCP, com a informação solicitada, cumpre-me informar V. Exa. do seguinte:

O Programa de Intervenção em Oftalmologia tinha um horizonte temporal de 1 ano, de 1 de Julho de 2008 a 30 de Junho de 2009, tratando-se de um plano de contingência para resolução de um problema muito delimitado: o tratamento cirúrgico das cataratas e o acesso à primeira consulta hospitalar da especialidade.

Durante o ano de vigência do PIO, foram realizadas, acima da produção habitual, 36.446 cirurgias (a meta era 30 mil) e 80.940 consultas (a meta era 75 mil).

A diferença de números com os apresentados pelo Tribunal de Contas resulta do facto do TC apenas contabilizar as cirurgias feitas em produção adicional, quando o que aconteceu, na prática, é que a generalidade dos hospitais que aderiu a este programa contabilizou parte da produção como se tratasse de actividade regular.

Essa é, do ponto de vista do Ministério da Saúde, uma atitude muito positiva.

O Ministério da Saúde conseguiu que os hospitais incorporassem na produção de base um aumento suficiente da produção para não apenas assegurar a resposta às necessidades que existiam em meados de 2008, quando programa foi lançado, mas



**MINISTÉRIO DA SAÚDE**

GABINETE DA MINISTRA

que depois do fim do programa, continuasse a manter uma performance adequada dos serviços públicos de saúde de resposta aos cidadãos que precisam de cirurgia oftalmológica das cataratas.

Importa ainda referir que se no final de 2007 um cidadão aguardava, em média, 11 meses por uma primeira consulta de oftalmologia nos hospitais públicos, em Dezembro de 2010 esperava seis meses. A maior parte das pessoas que precisam de ser operadas às cataratas vêem agora o seu problema resolvido em 53 dias, quando em 2008 aguardavam 3,7 meses depois da indicação cirúrgica.

O Ministério da Saúde faz um balanço positivo em relação ao PIO, pois conseguiu dar resposta a um problema muito delimitado: o tratamento cirúrgico das cataratas e o acesso à primeira consulta hospitalar da especialidade, assim como permitiu um aumento da actividade induzida pelo programa.

Queremos, ainda, melhorar o acesso à consulta de especialidade, mas não podemos ignorar os progressos entretanto realizados.

Com os melhores cumprimentos,

Ø Chefe do Gabinete

António Mendes

**Tiago Macedo Graça**  
em substituição  
do Chefe do Gabinete